



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

A QUESTÃO SOCIAL E SUA GÊNESE

CLARISSA TENÓRIO MARANHÃO RAPOSO¹
JÉSSILA DOS SANTOS BELO²

Resumo: Este artigo recupera o significado histórico da “questão social” inerente ao desenvolvimento capitalista. Objetiva demonstrar que a contradição entre capital/ trabalho e a exploração constituem as mediações essenciais à apreensão da gênese da “questão social”. Aborda o fenômeno do pauperismo, como consequência da industrialização da Inglaterra no século XIX. Ressalta que a pauperização dos operários e sua luta por melhores condições de vida e trabalho, expressam a problemática que passa a ser denominada de “questão social”. Conclui que a “questão social” é produzida e reproduzida continuamente pelo desenvolvimento capitalista e sua supressão, demanda o extermínio da sociedade comandada pelo capital.

Palavras-chave: Desenvolvimento Capitalista; Exploração; Questão Social.

Resumen: Este artículo recupera el significado histórico de la "cuestión social" inherentes al desarrollo capitalista. Se pretende demostrar que la contradicción entre el capital y el trabajo y la explotación constituyen las mediaciones esenciales a la incautación de la génesis de la "cuestión social". Analiza el fenómeno del pauperismo, como consecuencia de la industrialización de Inglaterra en el siglo XIX. Subraya que el empobrecimiento de los trabajadores y su lucha por mejores condiciones de vida y de trabajo, expresar el problema que se denomina "cuestión social". Concluye que la "cuestión social" se producen y reproducen continuamente por el desarrollo capitalista y de su abolición, la demanda la exterminación de la sociedad controlada por capital.

Palabras claves: Desarrollo Capitalista; Explotación; La Questión Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre os fundamentos históricos e teóricos da gênese da questão social, a qual se propõe a apreender as bases materiais da questão social vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo.

Sob a influência da perspectiva crítica marxista, a questão social revela-se como uma problemática histórica, articulada ao desenvolvimento do

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <jessila_belo@hotmail.com>

capitalismo, donde este desenvolvimento produz compulsoriamente diferentes manifestações da questão social.

Neste sentido, em se tratando da questão social, é imprescindível que as leis gerais do capitalismo sejam conhecidas, se queremos apreender o processo que a gera. Em outras palavras, é preciso que a atenção recaia sobre *o conhecimento da gênese, da constituição e dos processos de reprodução da questão social* (MOTA, 2006,p.29).

A nossa aproximação ao debate sobre a questão social, está intimamente relacionada aos estudos desenvolvidos no âmbito da pesquisa de iniciação científica, intitulada, *A Questão Social contemporânea: Exploração e Superexploração da força de trabalho* que tem por objetivos, compreender o significado histórico da questão social, à luz da teoria do valor-trabalho em Marx, bem como, captar os nexos que articulam a exploração da força de trabalho ao processo de produção e reprodução da questão social no capitalismo.

Durante a primeira etapa desta pesquisa, realizamos leituras, reflexões e debates sobre os capítulos XXII e XXIII d' O Capital, onde procuramos desvendar a categoria da exploração da força de trabalho e a dinâmica da acumulação capitalista, e investigar as consequências da acumulação capitalista no âmbito do trabalho e sobre a classe trabalhadora.

Partindo da Lei Geral de Acumulação Capitalista, pudemos entender que a questão social é indissociável do capitalismo e que a contradição entre capital/trabalho é inerente à dinâmica de acumulação capitalista. Tal como afirma Netto (2001): “a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”. (p.45).

No âmbito do Serviço Social, entendemos que o debate teórico e analítico da questão social, adquire uma importância significativa, uma vez que a “questão social” está na base do projeto de formação profissional do Assistente Social. Além disso, esta discussão torna-se relevante, na medida

em que poderá contribuir para desmistificar os múltiplos significados atribuídos a essa problemática no contexto atual do capitalismo contemporâneo.

2. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A crise do feudalismo na Europa Ocidental a partir do século XIV marca um longo período de transição para o estabelecimento de um novo modo de produção, o capitalismo. . Baseado na produção de mercadorias³ para a obtenção de lucros, as bases do sistema capitalista se constituem ainda na fase de transição, a qual proporciona as condições necessárias para o seu aparecimento, denominada por Marx (1985), como a acumulação primitiva (ou originária) de capital.

O processo de acumulação primitiva de capital impulsionado, dentre outros fatores⁴, pelos cercamentos dos campos na Inglaterra a partir do século XVI, em decorrência do florescimento da indústria da lã, resulta na expulsão violenta de milhares de camponeses das terras. Este processo histórico implica diretamente na separação entre os produtores diretos e os meios de produção⁵, e conseqüentemente, na liberação de mão de obra livre para a indústria nascente. Deste modo, com a acumulação primitiva de capital, tem-se

³ Consideramos aqui a definição de mercadoria utilizada por Netto e Braz (2012, p. 93), sendo ela um objeto externo ao homem, a “mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” – pois, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual, e é produzida para a troca, para a venda.

⁴ De acordo com Marx (1985), além dos cercamentos das terras na Inglaterra a partir do século XVI, alguns fatores contribuíram para que a acumulação primitiva de capital se tornasse possível, dentre eles, “o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna.” (p. 274-275).

⁵ Os meios de produção são constituídos pelos meios de trabalho, que são “tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho”; e os objetos de trabalho que são “tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 70).

a divisão entre possuidores de mercadorias distintas e detentores dos meios de produção, de um lado, e proprietários da força de trabalho, de outro.

Neste sentido, torna-se evidente que a acumulação primitiva constitui o ponto de partida para o surgimento da sociedade capitalista, na medida em que ela cria as condições necessárias para a emergência e consolidação deste modo de produção. Tal como afirma Marx (1985), “com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital”. (p. 186).

A produção mercantil capitalista consiste em um modo de produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um processo de valorização de capital e de reprodução das relações sociais desiguais. Distinguindo-se da produção mercantil simples⁶, no modo de produção capitalista, as relações sociais de produção baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Logo, no capitalismo, a força de trabalho, constitui uma mercadoria especial, que no processo produtivo vai atuar sobre os meios de produção e produzir uma nova mercadoria.

Importa-nos esclarecer que, na esfera produtiva, os meios de produção apenas transferem valor à nova mercadoria, logo, este valor não se altera, pois conserva-se nela. Já a força de trabalho, diferentemente dos meios de produção, cria valor, agregando-o à mercadoria, pois, sua atividade é a “objetivação de tempo de trabalho novo em um valor de uso”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 188) Portanto, sob a perspectiva crítico marxista, o trabalho⁷, é entendido como dispêndio da força de trabalho humana, que ao modificar a natureza, consegue transformar os próprios homens. Consequentemente, na

⁶ A produção mercantil simples se assentava no trabalho pessoal onde os produtores diretos – artesãos e camponeses – eram proprietários dos meios de produção.

⁷ Na concepção de Marx (1988, p. 142), “trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” No modo de produção capitalista, o trabalho é a unidade de dois aspectos, trabalho concreto (útil) que cria valores; e, trabalho abstrato que cria valor.

sociedade capitalista, a mercadoria força de trabalho⁸, representa uma mercadoria especial pois, é a única mercadoria que cria valor.

Com relação ao intercâmbio entre capital e força de trabalho, vale frisar que o capitalista ao comprar a força de trabalho, paga-lhe um salário, possuindo assim, o direito de utilizar seu valor de uso por um tempo determinado. Para o trabalhador, trata-se de um intercâmbio de equivalentes, já que a troca se dá entre força de trabalho por salário (preço de trabalho), e seu objetivo é a satisfação de suas necessidades imediatas. O trabalhador,

(...) recebe dinheiro, é certo, mas como moeda, como meio que suprime a si próprio e desaparece. O que permuta, pois, não é o valor de troca, não é a riqueza, mas sim os meios de subsistência, bens necessários para manter sua vida, para satisfazer suas necessidades físicas, sociais etc.(MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p.176).

Já para o capital, este intercâmbio significa adquirir o próprio trabalho, valor de uso da mercadoria comprada (força de trabalho), que conserva e multiplica o capital. Neste caso, o intercâmbio é apenas aparente, pois, não se trocam equivalentes, já que o capitalista obtém mais valor do que aquilo que empregou no início. Desta forma, depreende-se que o intercâmbio entre capital e força de trabalho é mediado pelo dinheiro, que se expressa na forma de salário.

Tal como expõe Carcanholo (2011, p. 39), o valor de troca⁹ da mercadoria “não é mais do que expressão, forma de manifestação do valor.” Assim, o valor de troca da mercadoria é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Porquanto, no capitalismo o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que possibilitam a sua reprodução.

⁸ Segundo Marx (1988, p. 135), “por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.”

⁹ “Valor de troca é a ‘relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie.” (MARX *apud* CARCANHOLO, 2011 p. 30).

Na esteira destas reflexões, podemos afirmar que o intercâmbio entre o capitalista e o trabalhador, expressa uma contradição entre capital/trabalho, pois o salário pago pelo capitalista ao trabalhador não corresponde ao que ele produziu. Vejamos como isto se processa. Durante a jornada de trabalho¹⁰, o trabalhador além de produzir o valor necessário para a sua sobrevivência equivalente ao salário, produz um valor a mais, um valor excedente apropriado pelo capitalista. Por exemplo, se “meia jornada de trabalho é suficiente para manter um trabalhador vivo durante uma jornada inteira, aparece a mais-valia do produto, já que o capitalista paga o preço de meia jornada, enquanto o produto conserva, objetivado, o resultado de uma jornada inteira.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 183)

Vale esclarecer que o capitalista não deixa de pagar o salário ao trabalhador, porém, esse valor não corresponde ao valor que o trabalhador produziu durante toda a jornada de trabalho, que é bem maior do que lhe foi pago. Assim, o trabalhador é expropriado desse excedente que é apropriado pelo capitalista. Aí, reside a essência do modo de produção capitalista: a exploração da força de trabalho.

Diferentemente dos outros modos de produção¹¹, em que a exploração era mais visível, no modo de produção capitalista, a exploração é mais sutil e oculta ao trabalhador, uma vez que na jornada de trabalho não existe uma divisão nítida entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Tal como afirmam Netto e Braz (2012):

O excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra-econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada [...] pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar com meios de produção que não lhe pertencem e num espaço físico que também é de propriedade do capitalista. Por isso a maioria dos operários *sente* a exploração – tratando-a como uma *injustiça* –, mas não alcança, na

¹⁰ A jornada de trabalho é dividida em dois momentos, um em que o trabalhador produz o valor necessário para sua sobrevivência, denominado de tempo de trabalho necessário; e o outro em que produz um valor excedente, a mais-valia, denominado de tempo de trabalho excedente.

¹¹ A saber, pois, “tanto no caso do escravo como no do servo, a apropriação do excedente que produziam era assegurada pelo uso da violência extra-econômica.” (NETTO & BRAZ, 2012, p. 120)

sua experiência cotidiana, a adequada compreensão dela. (p. 120-121). (Grifos do autor).

Corroborando os referidos autores, importa-nos ressaltar que o capitalista, ao comprar a força de trabalho tem como objetivo principal, a valorização de seu capital, mediante extração da mais-valia que equivale à parte do trabalho não pago ao trabalhador. Logo, através do movimento do capital e apropriação do trabalho excedente, sob a forma de mais-valia, reproduz-se, também, em escala ampliada, as condições de exploração ou da reprodução da riqueza do trabalhador como riqueza alheia.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o capitalismo não é apenas um modo de produção de mercadorias e de mais-valia, é também produção e reprodução das relações sociais desiguais. Porquanto, no capitalismo reitera-se a relação que põe capitalistas de um lado, como donos dos meios de produção e, trabalhadores assalariados de outro, como possuidores unicamente de sua força de trabalho. Como assinala Marx (1985, p. 179), “a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele”.

Partindo da caracterização do capitalismo e da contradição capital - trabalho, é possível entender que, a exploração da força de trabalho é a condição necessária para o capitalista poder acumular capital. Resta-nos agora, compreender como o processo de industrialização afeta a classe trabalhadora, e como funciona a dinâmica de acumulação capitalista, considerando o marco histórico da Revolução Industrial.

3. A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

No final do século XVIII, com as devidas transformações ocorridas na sociedade, estabelece-se a fase concorrencial do capitalismo. Nesta época, se

opera a Primeira Revolução Industrial que se estende até meados do século XIX, tendo por base técnica o tear e a máquina a vapor. O surgimento da grande indústria provoca alterações na dinâmica de produção, que traz em si graves consequências para a vida dos operários.

Ao serem expulsos das terras¹², muitos dos camponeses migraram para a cidade a fim de garantir a sua sobrevivência. Porém, nem todos eram absorvidos pelas fábricas, e mesmo aqueles que conseguiam emprego, viviam em condições degradantes.

Naquele período, era frequente o trabalho de mulheres e crianças¹³ nas indústrias, por elas apresentarem menos resistência à dinâmica dos novos processos de trabalho, e por ser vantajoso para superar as pequenas crises que ocasionavam a queda da taxa do lucro. Em alguns dos relatos descritos por Marx (1988), evidencia-se que:

[...] A metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18. A manufatura é tão afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, viúvas famintas, entre outras, cede-lhe crianças, 'crianças esfarrapadas, meio famintas, totalmente desamparadas e não educadas'. Das testemunhas inquiridas pelo comissário White (1863), 270 tinham menos de 18 anos, 40 menos de 10, 10 apenas 8, e 5 apenas 6. A jornada de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, emprestado pelo fósforo. Dante sentiria nessa manufatura suas fantasias mais cruéis sobre o inferno ultrapassadas. (p. 189).

Com a intenção de que os trabalhadores utilizassem ao máximo as máquinas – que podiam entrar em obsolescência mais rapidamente, devido ao avanço tecnológico – era recorrente a extensão da jornada de trabalho, com o intuito de valorização do capital do capitalista. Desta forma, eram impostas aos trabalhadores jornadas em média de 16 horas, em distintos turnos de trabalho; o ritmo e a intensidade do trabalho eram ditados pelas máquinas e supervisionados por capatazes. Em consequência disso, a vida dos

¹² Isto ocorre com o processo de cercamentos das terras ocorrido na Inglaterra, exposto anteriormente.

¹³ Santos (2012, p. 36) expõe que “no caso inglês, mais da metade dos trabalhadores dos engenhos de algodão entre 1834 e 1847 era de mulheres e crianças também do sexo feminino.”

trabalhadores era curta e “sua energia vital rapidamente ‘consumida’ pelas fábricas através das extensas jornadas de trabalho”. (SANTOS, 2012, p. 37). Pela primeira vez na história tem-se altas taxas de mortalidade por exaustão de trabalho, e um alto desenvolvimento das forças produtiva, posto pelo progresso científico, como possibilidade de diminuir o tempo de trabalho necessário e conjuntamente aumentar o volume da produção.

Engels (2008), ao analisar a situação do operariado na Inglaterra, traz evidências empíricas sobre a condição de vida e trabalho desta classe, e constata que nesse período, as grandes cidades eram habitadas majoritariamente por operários que nada tinham além do salário para sobreviver. Em suas palavras,

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres, seus habitantes são confinados em um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável (...). A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome. (p.115).

Neste sentido, pode-se afirmar que a precariedade das condições de moradia e de trabalho complementam o quadro das mais significativas expressões da “questão social”, no período de seu surgimento. Além das condições precárias de moradia, estes operários vivenciavam constantemente, o risco do desemprego, equivalente ao medo de morrer de fome.

Assim, como se pode ver, o processo de industrialização impacta fortemente a população trabalhadora, e resulta na pauperização absoluta desta classe, constituindo-se dessa forma, na consequência mais imediata do estabelecimento do capitalismo em sua fase concorrencial.

O pauperismo da classe trabalhadora traz consigo uma nova dinâmica, diferentemente da pobreza apresentada nas sociedades precedentes ao capitalismo, pois esta pobreza não estaria ligada à escassez e ao baixo

desenvolvimento das forças produtivas¹⁴, já que na sociedade capitalista há uma larga produção de bens materiais. Vale salientar que a escassez no capitalismo é um produto social, resultante da contradição entre “as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada de sua destinação)”. (NETTO, 2006, p. 158).

Por conta do pauperismo, e das péssimas condições de vida e de trabalho a que eram submetidos, os operários começaram a se revoltar, criando assim, formas de resistência. As primeiras manifestações contra a exploração capitalista, ocorreram bem antes de 1830 e não chegavam a colocar a sociabilidade capitalista em questão, representando para as classes dominantes apenas ameaças esporádicas. Como exemplo, podemos citar o movimento ludita¹⁵ de destruição das máquinas.

Entretanto, com a intensificação da exploração, outras formas de organização e de disseminação das lutas operárias¹⁶ foram se desenvolvendo, como os sindicatos, a imprensa operária, manifestações públicas, e as greves gerais. Quanto às lutas operárias, vale ressaltar que a revolução de 1848,

(...) é um divisor de águas na constituição da ‘questão social’. Primeiramente porque expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada ‘abolida para nove décimos’ da população. (MARX *apud* SANTOS 2012, p. 43).

¹⁴ Por forças produtivas, entende-se como sendo o conjunto dos elementos, meios de trabalho (tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar, como instrumentos, ferramentas, instalações, a terra etc.) objetos de trabalho (tudo aquilo sobre que incide o trabalho humano, como as matérias primas naturais brutas ou já modificadas pela ação do trabalho) e força de trabalho (trata-se da energia humana que no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de produção, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades) designa-se forças produtivas. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 70)

¹⁵ Conforme Santos (2012, p. 40), “esse movimento da primeira década do século XIX ainda não atesta a consciência de classe “para si” já que era incapaz de mirar o alvo correto, ou seja, de captar que atingindo as máquinas não atingiam seu verdadeiro opositor: o capitalista”.

¹⁶ Vale destacar que o cartismo que ocorreu entre 1839 e 1847, foi um movimento de fundamental importância nesse período, obtendo dentre outras conquistas, a regulamentação da jornada de trabalho para 10 horas. (SANTOS, 2012).

A partir das lutas de 1848 fica evidente que a “questão social” é resultante do processo de exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista. Desta forma, não apenas a escassez produzida socialmente expressa a “questão social”, mas também os desdobramentos sociopolíticos vinculam-se a ela. Depreende-se que as lutas de classes são constitutivas da “questão social” e expõem a contradição entre capital/trabalho. Nesta mesma direção, com base em Iamamoto, evidencia-se que a questão social,

(...) não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983 *apud* NETTO, 2007, p.17).

Em suma, na fase concorrencial do capitalismo, devido ao processo de industrialização, evidencia-se a pauperização absoluta dos operários. Assim, nesta fase de desenvolvimento capitalista “tem-se então o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da ‘questão social’”. (SANTOS, 2012, p. 28).

Para além das evidências empíricas, cumpre-nos ainda ressaltar que a acumulação de capital, incrementada pelos processos de concentração¹⁷ e centralização¹⁸ do capital acarreta graves consequências para os trabalhadores, pois, gera uma diminuição absoluta da demanda de trabalho.

¹⁷ Para produzir mais mais-valia é necessário cada vez mais capital. Assim, grandes capitalistas acumulam uma massa cada vez maior de capital, por isso, a tendência do capital em concentrar-se. Como destaca Marx (1985, p. 187), “todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores”.

¹⁸ Neste, diferentemente da concentração, há um aumento do capital em função da união de vários outros já existentes – por meio de cartéis, trustes e a formação de holdings. Nas palavras de Marx (1985, p. 187), “é concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em capitais maiores”.

Neste sentido, ao recuperar a análise marxiana sobre as tendências históricas, expressas na Lei Geral de acumulação capitalista, tem-se que na fase da grande indústria, mediante a concentração e a centralização de capitais desenvolve-se, o aumento da composição orgânica do capital. Por consequência, tem-se o aumento do capital constante (maquinário e meios de produção) em detrimento do capital variável (força de trabalho). Tal como afirma Marx (1988):

(...) todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e , toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital.(...) Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (,p.201).

Considerando o crescimento da produtividade do trabalho – propiciado pela incorporação de inovações tecnológicas na produção – a tendência é a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, ocasionando o crescimento do capital constante em detrimento do decréscimo do capital variável. Assim, como diria Marx (1985):

Esse decréscimo relativo de sua componente variável acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente - e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente as necessidades de aproveitamento por parte do capital." (p. 190).

Deste modo, com a alteração na composição orgânica do capital tem-se um crescimento absoluto da população trabalhadora e contraditoriamente uma

redução dos seus meios de ocupação. Logo, a acumulação capitalista gera uma população trabalhadora supérflua, que é funcional ao capitalismo.

A superpopulação relativa pode existir em variadas formas e “todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente”. (MARX, 1985, p. 197). De modo contínuo ela existe em três formas principais: a flutuante ¹⁹, latente ²⁰ e estagnada ²¹. Sobre a superpopulação relativa, afirma Marx (1985):

[...]se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado à sua própria custa. (p. 191).

A constituição do exército industrial de reserva é resultante da dinâmica histórico concreta do capitalismo. Embora não seja um produto da intenção consciente dos capitalistas, o contingente de trabalhadores excedentes desempenha um papel importante para consecução de seus objetivos. O exército industrial de reserva, oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento para atender a demandas de empreendimentos capitalistas temporários, acirra a concorrência entre os trabalhadores, fazendo com que os trabalhadores ocupados se sujeitem ao sobretrabalho, além de interferir na regulação dos salários, pressionando-os para um nível inferior. Assim, depreende-se que, o desemprego massivo além de ser consequência do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção estabelecidas no capitalismo, é funcional a este modo de produção.

¹⁹ A primeira camada, a flutuante é “constituída pelos trabalhadores que, nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 147)

²⁰ A latente, “existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que, surgindo a oportunidade, acaba por migrar para as zonas industriais”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 147)

²¹ A terceira camada, a estagnada, é composta por trabalhadores que nunca conseguem um emprego fixo e vagueiam entre uma ocupação e outras.

Partindo desses pressupostos teóricos, constatamos que a exploração da força de trabalho é inerente à produção de mais-valia e ao desenvolvimento do capitalismo, cuja finalidade reside na acumulação.

Sendo assim, diante do exposto, pode-se concluir que o processo de valorização e expansão da acumulação de capital, compreende, objetivamente, a mudança na composição orgânica, e o aumento da mais-valia-relativa, e, ao mesmo tempo, acarreta, em termos subjetivos, a miséria e a degradação da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a sociedade capitalista funda-se na contradição capital-trabalho, e na exploração da força de trabalho, sem as quais não seria possível a acumulação de capital. É através da exploração que o capitalista usurpa parte do valor produzido pelo trabalhador, e, mesmo que este receba um salário, esse quantum não equivale ao valor que ele produziu que é bem maior do que lhe é pago. Logo, quanto maior o desejo de acumulação, maior será a sua mais-valia, e maior a exploração da força de trabalho. Consequentemente, tem-se cada vez mais a polarização entre riqueza e pobreza na sociedade capitalista, pois, quem produz a riqueza não é quem dela se apropria.

Historicamente, a gênese da questão social está relacionada ao processo de industrialização que ocorre na Inglaterra no final do século XVIII, e à luta e resistência do operariado diante das péssimas condições de vida e trabalho a que estava condicionado. Com efeito, a partir da grande indústria, tem-se o aumento da produção de mais-valia, considerada “substância da acumulação” e a conseqüente transformação de trabalhadores em *força de trabalho excedente*, que por sua vez, resulta na ampliação do desemprego e da pauperização a que estão submetidos os trabalhadores.

Ancorado na perspectiva crítica, entende-se que o significado histórico da “questão social” está intimamente relacionado ao processo de acumulação capitalista. Sendo assim, o seu fundamento teórico está contido na lei geral de

acumulação capitalista, a qual traduz o processo de valorização de capital e a dinâmica da acumulação capitalista, responsáveis pela polarização da riqueza e pobreza.

Assim, depreende-se que a existência da questão social e de suas sequelas são inerentes à organização econômico-social capitalista. Ao mesmo tempo, podemos dizer que esta problemática possui uma dimensão política, imanente à organização e à luta dos trabalhadores e à intervenção do Estado sobre as suas expressões imediatas. Contudo, vale enfatizar que a supressão da “questão social” significaria conseqüentemente, o extermínio da sociedade comanda pelo capital.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a essência da “questão social” está diretamente relacionada à desigualdade resultante da contradição entre capital-trabalho, a qual é inerente ao capitalismo. Este fundamento ancorado na Teoria do valor-trabalho (Marx) nos leva a compreender que em distintas fases de desenvolvimento do capitalismo são produzidas e reproduzidas múltiplas manifestações da questão social, de natureza distintas. Porém, vale enfatizar que, para além das suas manifestações imediatas, a essência da questão social permanece a mesma, na medida em que a dinâmica da acumulação capitalista, ainda continua a nos desafiar, no século XXI.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, R. A. (Org.). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo II. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, Volume I, Tomo I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

MOTA, A. E. O debate contemporâneo sobre questão social e Serviço Social. **Ensaio para concurso ao cargo de professor titular do Serviço Social**. Recife: UFPE, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social.” In: _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

PIMENTEL, Edlene. As bases ontológicas da questão social. **Boletim do tempo presente**, n. 11, p. 1-12, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2. ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.